



AUDITOR DE FINANÇAS E CONTROLE DO TESOURO ESTADUAL PROVA I

NÍVEL SUPERIOR TIPO 4 – AZUL



SUA PROVA

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;
- Além deste caderno contendo setenta questões objetivas, você receberá do fiscal de prova a folha de respostas.



TEMPO

- Você dispõe de **4 horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas;
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova;
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas;
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento da sua folha de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e no caderno de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas;
- **Boa sorte!**

Língua Portuguesa

1

A frase a seguir está formulada no discurso indireto:

“Churchill respondeu com uma nota dizendo que não poderia comparecer naquela noite.”

Em discurso direto, a nota de Churchill deveria estar escrita do seguinte modo:

- (A) Não poderei comparecer esta noite.
- (B) Naquela noite não poderei comparecer.
- (C) Nesta noite não vou poder comparecer.
- (D) Não vou poder comparecer esta noite.
- (E) Essa noite não vou poder comparecer.

2

“Em certa ocasião, George Bernard Shaw (dramaturgo) enviou a Winston Churchill (primeiro ministro inglês) dois ingressos para a estreia de uma de suas peças, a ocorrer nesse mesmo dia, com a seguinte mensagem: *‘Traga um amigo, se você tiver um’*.”

Churchill respondeu com uma nota dizendo que não poderia comparecer naquela noite. *‘Mas’*, acrescentou, *‘ficarei honrado de comparecer a uma segunda apresentação, se houver uma.’*

Sobre a significação e a estruturação desse pequeno texto, assinale a única afirmativa correta.

- (A) Trata-se de um pequeno texto descritivo de uma situação humorística.
- (B) Com a resposta, Churchill aludia ao possível fracasso da peça apresentada.
- (C) A nota de Bernard Shaw fazia uma homenagem a Churchill, que não foi bem interpretada.
- (D) O emprego de aspas simples dentro do texto marca a existência de um diálogo.
- (E) As notas dos dois personagens foram escritas em rigoroso paralelismo.

3

Leia o texto publicitário a seguir.

“Acho que a atração pela nossa marca... deve-se à transparência das coisas que fazemos. Os investidores podem tocar, ver e sentir o produto. Você não tem que ser um técnico para descobrir a vantagem que a lingerie oferece.”

Nesse caso, a maior vantagem do produto oferecido é

- (A) a perfeição nos processos de fabricação.
- (B) a possibilidade do contato físico antes da compra.
- (C) a honestidade seguida na publicidade do produto.
- (D) o conhecimento intuitivo da qualidade do produto.
- (E) a utilização de material de qualidade superior.

4

O economista Mário Henrique Simonsen é autor do seguinte pensamento:

“Combater a inflação congelando preços equivale a tentar curar a febre pela destruição dos termômetros.”

Sobre esse texto de Simonsen, assinale a observação adequada.

- (A) Trata-se de uma crítica aos que seguem “receitas” clássicas sem muito critério.
- (B) Mostra uma comparação didática para esclarecer uma solução encontrada no terreno econômico.
- (C) Indica uma crítica aos que em lugar de fazer algo, preferem dizer como fazer.
- (D) Elogia aqueles que, de forma adequada, trocam os fins pelos meios.
- (E) Compara o combate à inflação à destruição dos termômetros.

5

“Empresa não é família. Aliás, não conheço nenhuma família que corte 20% dos membros quando entre em crise. Família divide o bife, põe mais água no feijão e não demite os filhos.”

A ideia básica defendida nesse texto é a de que

- (A) não se devem empregar parentes em uma empresa.
- (B) as famílias são mais fraternas que as empresas.
- (C) as famílias e as empresas têm relações diferentes entre seus componentes.
- (D) as empresas familiares são mais humanas que aquelas que se fundamentam somente em relações econômicas.
- (E) as empresas capitalistas mostram crueldade no tratamento de seus funcionários.

6

“Sucede muitas vezes alcançar-se muito mais entrando pela porta do criado do que por qualquer das outras”. (Napoleão Bonaparte)

No terreno do trabalho, as palavras de Napoleão aconselham a que o empregado

- (A) comece por baixo e alcance promoções.
- (B) tenha sempre alguém influente a defendê-lo.
- (C) seja humilde no trato social.
- (D) procure ser solidário com os demais.
- (E) deixe o orgulho de lado.

7

Um restaurante tem a seguinte placa na parede:

wi-fi ?

*Só depois de meia hora
de conversa.*

Os dizeres da placa

- (A) elogiam o *status* tecnológico dos clientes.
- (B) exigem a conversa fraterna entre cliente e garçom.
- (C) criticam a falta de mútua atenção entre os clientes.
- (D) mostram o desperdício de tempo das pessoas.
- (E) exibem o nível de atendimento do restaurante.

8

“Os piores inimigos do capitalismo não são os socialistas e os comunistas. São os capitalistas que abusam do capitalismo.”

Sobre esse fragmento, assinale a única afirmativa correta.

- (A) A tese desse pequeno texto argumentativo é a de que socialistas e comunistas são os piores inimigos do capitalismo.
- (B) O argumento principal na defesa da tese é uma constatação apoiada em estudos.
- (C) A segunda frase do texto expressa uma opinião que retifica o que foi expresso anteriormente.
- (D) A tese desse pequeno texto representa um acréscimo a uma opinião alheia.
- (E) A primeira frase atua como contra-argumentação, opondo-se a uma ideia generalizada.

9

Um economista fez a seguinte observação:

“Recessão é quando você aperta o cinto. Depressão é quando você não tem cinto para apertar. Quando você perde as calças, você está no negócio das empresas aéreas.”

Em relação à estruturação ou significação desse pensamento, assinale a afirmativa correta.

- (A) A expressão metafórica “apertar o cinto” equivale a “passar fome”.
- (B) A recessão econômica é o estágio mais grave da depressão.
- (C) O terceiro período não segue a mesma linha estrutural dos dois anteriores.
- (D) O negócio das empresas aéreas se mostra em situação econômica melhor do que as que estão em depressão.
- (E) A expressão “perder as calças” não está em linguagem figurada como “apertar os cintos”.

10

“Um diamante é um pedaço de carvão que se saiu bem sob pressão.”

Essa frase, que faz parte de um conjunto de citações sobre “negócios”, faz referência ao(a)

- (A) método de trabalhar com pressão sobre os demais.
- (B) modificação que pode ocorrer com as pessoas.
- (C) processo real da formação de um diamante.
- (D) mudança que o trabalho pode fazer nas pessoas.
- (E) valor do trabalho para o progresso humano.

Raciocínio Lógico-matemático

11

Em uma sala de reuniões há uma mesa circular com cadeiras em volta. Nessa sala estão Abel, Daniel e Rafael que esperam Pedro, um amigo comum. Um dos três presentes diz:

“Vamos nos sentar de forma a deixar para Pedro apenas um lugar que não tenha um de nós como vizinho.”

Para cumprir o que foi dito, o número máximo de cadeiras em volta dessa mesa deve ser

- (A) 6.
- (B) 7.
- (C) 8.
- (D) 9.
- (E) 10.

12

Ângela, Bárbara e Carla marcaram de se encontrar às 18h30min. Ana foi a primeira a chegar e esperou 23 minutos até a chegada da segunda; Bárbara chegou 12 minutos antes de Carla e Carla chegou 17 minutos atrasada.

Ana chegou às

- (A) 18h07min.
- (B) 18h12min.
- (C) 18h14min.
- (D) 18h17min.
- (E) 18h23min.

13

Sabe-se que $12 \leq x \leq 15$ e $8 \leq y \leq 10$.

É correto concluir que:

- (A) $2 \leq x - y \leq 4$.
- (B) $2 \leq x - y \leq 5$.
- (C) $2 \leq x - y \leq 7$.
- (D) $3 \leq x - y \leq 5$.
- (E) $4 \leq x - y \leq 5$.

14

Considere as afirmativas:

- Alguns homens gostam de ler.
- Quem gosta de ler vai à livraria.

A partir dessas afirmativas é correto concluir que:

- (A) Todos os homens vão à livraria.
- (B) Mulheres não gostam de ler.
- (C) Quem vai à livraria gosta de ler.
- (D) Se um homem não vai à livraria então não gosta de ler.
- (E) Quem não gosta de ler não vai à livraria.

15

O número 10 pode ser escrito como uma soma de parcelas inteiras e maiores que zero de diversas formas. Por exemplo, $8 + 2$ e, também, $6 + 3 + 1$.

O número de maneiras em que o número 10 pode ser representado como uma soma de duas ou mais parcelas inteiras, maiores que zero e distintas, sem importar a ordem das parcelas, é

- (A) 6.
- (B) 7.
- (C) 8.
- (D) 9.
- (E) 10.

16

Considere uma operação entre números inteiros positivos a e b , representada pelo símbolo $\#$ e definida por:

$$a\#b = 2a + b$$

Considere, agora, o conjunto M dos números inteiros x tais que $x\#3$ seja múltiplo de 5.

É correto afirmar que, dos números a seguir, o único que pertence ao conjunto M é

- (A) 2.
- (B) 5.
- (C) 13.
- (D) 15.
- (E) 21.

17

Considere as seguintes premissas:

- Quem tem azar não sorri.
- Quem é maratonista não está doente.
- Quem não está doente, sorri.

A partir dessas premissas é correto concluir que

- (A) Quem não está doente é maratonista.
- (B) Quem está doente não sorri.
- (C) Quem não tem azar sorri.
- (D) Quem é maratonista não tem azar.
- (E) Quem sorri, não está doente.

18

Considere as sentenças a seguir.

- *Paulo é carioca ou Bernardo é paulista.*
- *Se Sérgio é amazonense, então Paulo é carioca.*

Sabe-se que a primeira sentença é verdadeira e a segunda é falsa.

É correto concluir que

- (A) Paulo é carioca, Bernardo é paulista, Sérgio é amazonense.
- (B) Paulo é carioca, Bernardo não é paulista, Sérgio é amazonense.
- (C) Paulo não é carioca, Bernardo é paulista, Sérgio é amazonense.
- (D) Paulo não é carioca, Bernardo é paulista, Sérgio não é amazonense.
- (E) Paulo não é carioca, Bernardo não é paulista, Sérgio é amazonense.

19

Uma sequência de números inteiros é tal que cada termo, a partir do terceiro, é a soma do seu termo antecessor com o dobro do antecessor do antecessor.

Sabe-se que o sexto termo dessa sequência é 85 e, o oitavo, é 341.

O quarto termo da referida sequência é

- (A) 15.
- (B) 17.
- (C) 19.
- (D) 21.
- (E) 23.

20

Um pote contém entre 150 e 200 balas. Miguel reparou que separando essas balas em grupos de 5 sobravam 2 balas, e que, separando em grupos de 7, sobravam também 2 balas.

Se Miguel separasse as balas em grupos de 9 balas, sobrariam

- (A) 0.
- (B) 2.
- (C) 4.
- (D) 6.
- (E) 8.

Direito Constitucional

21

Apesar da grande resistência do Prefeito Municipal, que vetara o projeto apresentado e aprovado pela totalidade dos membros da Câmara Municipal, a Lei nº XX do Município Alfa veio a ser promulgada.

Esse diploma normativo detalhou os requisitos a serem observados pela propaganda comercial veiculada no território municipal e ainda dispôs sobre as atribuições da Secretária Municipal de Ordem Pública, que também criara, na fiscalização dessa propaganda.

A Lei nº XX, do Município Alfa é

- (A) constitucional, por dispor sobre matéria de interesse local e sobre a atribuição de órgão municipal.
- (B) inconstitucional, por apresentar vício de iniciativa, embora disponha sobre matéria de interesse local.
- (C) inconstitucional por dispor sobre matéria de competência legislativa privativa da União e apresentar vício de iniciativa.
- (D) constitucional, pois os entes federativos têm competência para legislar sobre a matéria, em proteção ao consumidor, e por dispor sobre a atribuição de órgão municipal.
- (E) inconstitucional por dispor sobre matéria de competência legislativa concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal, embora não apresente vício de iniciativa.

22

Para permitir a ingerência do Poder Legislativo na escolha dos titulares dos cargos que integram os órgãos de cúpula de determinadas autarquias especiais, foi aprovada a Lei federal nº XX.

De acordo com esse diploma normativo, o Senado Federal deveria aprovar previamente a escolha desses agentes, que seria realizada pelo Presidente da República.

A Lei federal nº XX é

- (A) constitucional, pois a lei ordinária pode dispor sobre os cargos cujos titulares devem ser previamente aprovados pela referida Casa Legislativa.
- (B) inconstitucional, pois somente a lei complementar pode dispor sobre os cargos cujos titulares devem ser previamente aprovados pela referida Casa Legislativa.
- (C) inconstitucional, pois, embora a lei ordinária possa dispor sobre a matéria, a competência para aprovar a escolha desses agentes é do Congresso Nacional, não de uma de suas Casas.
- (D) inconstitucional, por afronta à separação dos poderes, pois, com exceção das situações expressamente previstas na ordem constitucional, compete privativamente ao Presidente da República realizar as nomeações, sem prévia aprovação.
- (E) constitucional, pois a Lei federal nº XX tão somente reproduziu, em parte, a Constituição de 1988, já que qualquer nomeação para órgãos de cúpula da administração indireta deve ser previamente aprovada pelo Senado Federal.

23

João, Juiz de Direito, teve uma severa briga com seu vizinho, causando-lhe lesões corporais gravíssimas. Como ele já tinha preenchido os requisitos exigidos para a aposentadoria voluntária, debateu com seu(sua) advogado(a) a respeito da melhor estratégia de defesa para o futuro processo criminal, considerando as regras vigentes em relação ao foro por prerrogativa de função.

Ao final, concluíram, corretamente, que João será processado e julgado

- (A) por um Juiz de Direito.
- (B) pelo Tribunal de Justiça.
- (C) pelo Tribunal de Justiça, e, mesmo que se aposente no curso da relação processual, o processo será mantido no Tribunal.
- (D) pelo Juiz de Direito ou pelo Tribunal de Justiça, conforme deliberado por este órgão, considerando as exigências da instrução.
- (E) pelo Tribunal de Justiça, mas, caso se aposente no curso da relação processual, o processo será encaminhado a um Juiz de Direito.

24

Após sofrer uma sanção disciplinar aplicada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Maria, Juíza Federal, decidiu ingressar com uma ação visando à anulação da respectiva decisão, a qual, ao se ver, teria afrontado diversos direitos fundamentais.

À luz dessa narrativa, o foro competente é

- (A) um Juiz Federal, mas apenas se Maria interpuser mandado de segurança.
- (B) o Supremo Tribunal Federal, mas apenas se Maria interpuser mandado de segurança.
- (C) um Juiz Federal, qualquer que seja a ação proposta por Maria, incluindo eventual ação declaratória de nulidade ajuizada em face da União.
- (D) o Supremo Tribunal Federal, qualquer que seja a ação ajuizada por Maria, incluindo eventual ação declaratória de nulidade ajuizada em face da União.
- (E) o Superior Tribunal de Justiça, que, por imposição constitucional, deve apreciar as ações ajuizadas em detrimento das decisões disciplinares proferidas pelo CNJ.

25

Maria e Joana, estudosas do Direito Constitucional, travaram intenso debate a respeito da força normativa das normas programáticas, concluindo corretamente, ao fim, que normas dessa natureza

- (A) somente terão força normativa, produzindo algum efeito na realidade, após sua integração pela legislação infraconstitucional.
- (B) somente adquirem eficácia após sua integração pela legislação infraconstitucional, não ostentando, até então, a natureza de verdadeiras normas.
- (C) somente podem ser utilizadas, no controle de constitucionalidade, quando inexistir norma de eficácia plena que possa ser utilizada como paradigma de confronto.
- (D) a exemplo de qualquer norma de eficácia contida, não ensejam o surgimento de posições jurídicas definitivas, já que seu alcance será delineado pela legislação infraconstitucional.
- (E) possuem eficácia, mas de modo limitado, devendo direcionar a interpretação dos demais comandos da ordem jurídica, além de revogar as normas infraconstitucionais preexistentes que se mostrem incompatíveis com elas.

26

João, pessoa com deficiência, compareceu à Secretaria de Assistência Social do Município Alfa e solicitou o acesso ao seu cadastro. Ato contínuo, constatou que seus dados estavam incorretos, principalmente em relação à sua deficiência, o que o impedia de participar dos programas assistenciais existentes.

Ao solicitar a retificação dos seus dados, foi surpreendido com a negativa do Diretor, sob o argumento escrito de que não estavam sendo apreciados requerimentos de pessoas não filiadas ao mesmo partido político do Prefeito Municipal. A decisão foi mantida, pelo próprio Prefeito, após a interposição do recurso hierárquico cabível.

Por entender que a decisão era manifestamente ilegal, havendo prova pré-constituída de sua existência, João consultou um(a) advogado(a) a respeito da ação constitucional passível de ser ajuizada.

O(A) advogado(a) respondeu, corretamente, que a referida ação é

- (A) o mandado de segurança ou o *habeas data*, conforme a livre escolha de João.
- (B) o mandado de segurança.
- (C) o direito de petição.
- (D) o *habeas data*.
- (E) a reclamação.

27

Um grupo de pessoas, com destacada vida pública e elevado prestígio social, decidiu adotar as providências necessárias para constituir um partido político e lançar candidatos nas eleições que seriam realizadas dois anos depois.

Um(a) advogado(a) informou corretamente ao grupo que, observados os demais requisitos estabelecidos pela ordem jurídica, os partidos políticos

- (A) adquirem personalidade jurídica com o registro dos seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral, sendo a filiação partidária uma condição de elegibilidade.
- (B) adquirem personalidade jurídica na forma da lei civil, devendo posteriormente registrar seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral, sendo a filiação partidária uma condição de elegibilidade.
- (C) adquirem personalidade jurídica com o registro dos seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral, sendo a filiação partidária condição de elegibilidade, mas não requisito para o recebimento de cotas do fundo partidário.
- (D) adquirem personalidade jurídica com o seu reconhecimento pelo Tribunal Superior Eleitoral, não sendo a filiação partidária uma condição de elegibilidade, mas requisito para o recebimento de cotas do fundo partidário.
- (E) adquirem personalidade jurídica na forma da lei civil, devendo comunicar o início de atividades ao Tribunal Superior Eleitoral, sendo admitidas candidaturas autônomas, sem filiação partidária, apenas para o Executivo.

28

Maria, de nacionalidade portuguesa, tem residência permanente no Brasil há pouco mais de duas décadas. Como pretende concorrer a um cargo eletivo, procurou um(a) advogado(a) e solicitou informações a respeito dessa possibilidade.

O(A) advogado(a) respondeu corretamente que Maria, à luz da ordem constitucional, com observância das condicionantes que sejam estabelecidas em tratado internacional,

- (A) pode se alistar como eleitora, mas não concorrer a cargo eletivo.
- (B) pode concorrer a qualquer cargo eletivo, em igualdade de condições com o brasileiro nato.
- (C) pode concorrer a cargo eletivo se requerer sua naturalização de modo concomitante com o alistamento eleitoral.
- (D) não pode concorrer a cargo eletivo, pois é, peremptoriamente, vedado a qualquer estrangeiro o registro de candidatura.
- (E) pode concorrer a cargo eletivo, salvo nos casos previstos na Constituição de 1988, se houver reciprocidade em favor de brasileiros.

29

A Lei nº XX, do Estado Alfa, foi editada com o objetivo de disseminar responsabilidade no manejo dos recursos administrativos pela população em geral, o que se devia à alarmante estatística de que 90% das irrisignações eram infundadas. Para tanto, exigiu que, nos processos administrativos em que ocorresse a aplicação de multa aos administrados, a admissibilidade do recurso estava condicionada ao depósito prévio de 50% do valor da penalidade.

Irresignada com o teor da Lei nº XX, a Associação dos Comerciantes do Estado Alfa consultou um(a) advogado(a) a respeito da sua compatibilidade com a ordem constitucional, sendo-lhe respondido, corretamente, que o referido diploma normativo é

- (A) inconstitucional, pois os processos administrativos são direcionados aos atos internos da Administração Pública, não podendo resultar em penalidades aos administrados.
- (B) constitucional, caso o referido diploma normativo tenha assegurado a possibilidade de o depósito prévio ser substituído pelo arrolamento de bens.
- (C) constitucional, pois compete aos Estados legislar sobre o processo administrativo estadual e a medida se ajusta ao princípio da proporcionalidade.
- (D) inconstitucional, na medida em que o depósito prévio, nos recursos administrativos, afronta a gratuidade inerente ao direito de petição.
- (E) constitucional, pois compete ao Estado instituir taxas e outras exações tributárias pelos serviços que presta.

30

Maria foi convidada para integrar a Administração Pública direta do Município Beta. Embora tenha ficado muito empolgada com o convite, já que, até então, não lograra êxito em ser aprovada em um concurso para ocupar um cargo de provimento efetivo, teve sérias dúvidas em relação ao respectivo regime previdenciário, caso viesse a desempenhar trabalho temporário ou a ocupar cargo em comissão.

Ao se inteirar sobre a temática, Maria foi corretamente informada de que estaria sujeita ao

- (A) regime próprio de previdência social, se viesse a desempenhar trabalho temporário e, ao regime geral de previdência social, caso viesse a ocupar cargo em comissão.
- (B) regime próprio de previdência social, se viesse a ocupar cargo em comissão e, ao regime geral de previdência social, caso viesse a desempenhar trabalho temporário.
- (C) regime próprio de previdência social, em ambos os casos, se o Município Beta o tivesse criado até a entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 103/2019.
- (D) regime próprio ou geral de previdência social, conforme a opção realizada por Maria no momento da nomeação.
- (E) regime geral de previdência social, em ambos os casos, o que não poderia ser excepcionado pelo Município Beta.

Direito Administrativo

31

João, Auditor Fiscal de Tributos Estaduais do Estado do Amazonas, casado com Maria, assistente administrativo da Fazenda Estadual do mesmo ente federativo, faleceu em março de 2022 e Maria, que ainda está em atividade, pretende obter sua pensão.

Em tema de regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado do Amazonas, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, o teto constitucional remuneratório do funcionalismo público previsto no Art. 37, inciso XI, da Constituição Federal de 1988, incide

- (A) sobre o somatório da remuneração de Maria com a pensão de seu falecido marido João.
- (B) isoladamente sobre a remuneração de Maria e a pensão de seu falecido marido João.
- (C) isoladamente sobre a remuneração de Maria e a pensão de seu falecido marido João, mas que Maria deve escolher apenas uma das fontes de renda.
- (D) sobre o somatório da remuneração de Maria com a pensão de seu falecido marido João, apenas quando Maria se aposentar.
- (E) isoladamente sobre a remuneração de Maria e a pensão de seu falecido marido João, enquanto Maria estiver na ativa, e após sua aposentadoria não poderá acumular os proventos.

32

O Estado X, após regular licitação, celebrou com a concessionária Beta contrato de concessão para prestação do serviço público de transporte intermunicipal de passageiros. Durante a execução contratual, o poder concedente verificou uma série de irregularidades graves que estavam comprometendo a adequada prestação do serviço.

Assim, o Estado X decretou ontem a intervenção no contrato de concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

Inconformada, a concessionária Beta impetrou mandado de segurança, hoje, pleiteando a nulidade da intervenção, diante da inexistência de contraditório e a ampla defesa, mediante a instauração de processo administrativo prévio à intervenção.

No caso em tela, de acordo com o texto da Lei nº 8.987/95 e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça,

- (A) não há ilegalidade, pois, declarada a intervenção, o poder concedente deverá, no prazo de trinta dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa.
- (B) não há ilegalidade, pois não há necessidade de processo administrativo antes ou depois de declarada a intervenção, haja vista que a concessionária, se assim desejar, poderá ajuizar ação ordinária, na qual, mediante ampla produção probatória, poderá questionar a intervenção judicialmente.
- (C) há ilegalidade, porque a Constituição da República de 1988 e a lei que dispõe sobre o regime de concessão da prestação de serviços públicos exigem instauração de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, antes do decreto da intervenção.
- (D) há ilegalidade, pois a lei que dispõe sobre o regime de concessão da prestação de serviços públicos exige instauração de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, antes do decreto da intervenção, que é uma modalidade de encampação.
- (E) há ilegalidade, pois a lei que dispõe sobre o regime de concessão da prestação de serviços públicos exige instauração de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, antes da declaração de caducidade, não havendo previsão legal para intervenção em contratos de concessão.

33

Em matéria de aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa, de acordo com a atual redação da Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que

- (A) a sanção de perda da função pública, em relação a qualquer ato de improbidade, atinge qualquer vínculo que o agente tiver com o poder público no momento do trânsito em julgado da sentença condenatória.
- (B) na responsabilização da pessoa jurídica, não poderão ser considerados os efeitos econômicos e sociais das sanções, pois o interesse público está acima do privado de a viabilizar a manutenção de suas atividades.
- (C) se ocorrer lesão ao patrimônio público, a reparação do dano a que se refere a Lei de Improbidade não deverá deduzir o ressarcimento ocorrido nas instâncias criminal, civil e administrativa, ainda que tenha por objeto os mesmos fatos, diante do caráter sancionador da improbidade.
- (D) a multa civil pode ser aumentada até cinco vezes o valor máximo previsto para cada espécie de ato de improbidade, se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do réu, o valor inicialmente previsto é ineficaz para reprovação e prevenção do ato de improbidade.
- (E) em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a sanção de proibição de contratação com o poder público pode extrapolar o ente público lesado pelo ato de improbidade, observados os impactos econômicos e sociais das sanções, de forma a preservar a função social da pessoa jurídica.

34

Ressalvada a ordem de polícia, em relação à possibilidade de delegação do poder de polícia, por meio de lei, as pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público, que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial, o Supremo Tribunal Federal entende que é

- (A) inconstitucional, porque não integram a Administração Direta.
- (B) constitucional, inclusive no que tange à fase do ciclo de polícia de sanção de polícia.
- (C) inconstitucional, porque não ostentam personalidade jurídica de direito público.
- (D) constitucional, apenas no que tange à fase do ciclo de consentimento e fiscalização de polícia.
- (E) constitucional, apenas no que tange à fase do ciclo de polícia do consentimento de polícia, razão pela qual não podem aplicar multas.

35

João, Secretário de Fazenda do Estado Alfa, por estar sobrecarregado de trabalho, deseja delegar sua competência para José, Auditor Fiscal de Tributos Estaduais, para praticar determinado ato administrativo de competência privativa de João, que não consiste em edição de ato normativo ou decisão de recurso hierárquico.

Sabe-se que a legislação do Estado Alfa, em matéria de delegação de competência, possui o mesmo teor da legislação federal sobre processo administrativo.

Nesse contexto, a delegação pretendida por João é

- (A) lícita, diante da inexistência de vedação legal de delegação de competência para prática de ato administrativo de competência privativa do agente.
- (B) ilícita, haja vista que apenas atos administrativos enunciativos podem ser objeto de delegação, desde que atendido o interesse público.
- (C) ilícita, porque a legislação de regência veda expressamente a delegação de competência para prática de ato administrativo de competência privativa do agente.
- (D) ilícita, pois a legislação de regência veda expressamente a delegação de competência para prática de todos os atos administrativos, em razão da hierarquia vertical da administração pública.
- (E) lícita, eis que, apesar da vedação legal de delegação de competência para prática de ato administrativo de competência privativa do agente, João pode justificar o ato para atendimento ao interesse público.

36

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal com repercussão geral, em matéria de controle da Administração Pública, a inscrição de entes federados em cadastro de inadimplentes (ou outro que dê causa à negativa de realização de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres que impliquem transferência voluntária de recursos), pressupõe o respeito aos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, somente reconhecido em algumas hipóteses, como após

- (A) o julgamento de tomada de contas especial necessariamente perante o Poder Judiciário, nos casos de descumprimento parcial ou total de convênio, prestação de contas rejeitada, ou existência de débito decorrente de ressarcimento de recursos de natureza contratual (inclusive os de conta não prestada).
- (B) o trânsito em julgado de processo judicial de ação de improbidade administrativa, no bojo da qual tenha sido condenado o gestor público ordenador de despesas do ente federativo por conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
- (C) o trânsito em julgado de processo judicial de ação civil pública pela prática de atos lesivos à administração pública, com base na Lei Anticorrupção, no bojo da qual tenha sido condenado o gestor público ordenador de despesas do ente federativo por realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea.
- (D) o trânsito em julgado administrativo, perante o Tribunal de Contas competente, de processo que tenha reconhecido a existência de impropriedades em tomada de contas, desde que o atual gestor tenha sido pessoalmente notificado para sanar as ilegalidades e não tenha cumprido a decisão, no prazo de 30 (trinta) dias.
- (E) a devida notificação do ente faltoso e o decurso do prazo nela previsto (conforme constante em lei, regras infralegais ou em contrato), independentemente de tomada de contas especial, nos casos de não prestação de contas, não fornecimento de informações, débito decorrente de conta não prestada, ou quaisquer outras hipóteses em que incabível a tomada de contas especial.

37

A Assembleia Legislativa do Estado Alfa descumpriu os limites de gastos com seu pessoal. Diante disso, a União proibiu o Estado Alfa de realizar operações de crédito e de receber transferências de recursos federais, com base na Lei de Responsabilidade Fiscal.

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, a União agiu

- (A) corretamente, pois o ente federativo Estado Alfa (representado pelo Poder Executivo) é a pessoa jurídica de direito público interno a que pertence o Poder Legislativo estadual.
- (B) corretamente, pois o Governo do Estado (Poder Executivo), no regular exercício do controle externo, deveria ter sustado os efeitos dos atos do Legislativo que afrontaram a Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (C) corretamente, com base nos princípios da transcendência subjetiva das sanções e da unidade institucional, pois o Governador do Estado Alfa (na qualidade de chefe do Poder Executivo) representa o Estado em nível nacional.
- (D) incorretamente, por violação ao princípio da intranscendência subjetiva das sanções, na medida em que o Governo do Estado (Poder Executivo) não tem competência para intervir na esfera orgânica do Legislativo, que dispõe de plena autonomia institucional outorgada pela Constituição.
- (E) incorretamente, por violação ao princípio da continuidade dos serviços públicos, para cuja manutenção é imprescindível a realização de operações de crédito e o recebimento de transferências de recursos federais, sob pena de colapsar as contas públicas estaduais.

38

De acordo com o texto da nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), é dispensável a licitação para

- (A) objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.
- (B) aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.
- (C) aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.
- (D) contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (E) contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação de critérios de técnica, quando se tratar de profissional técnico de notória especialização.

39

Fernando, profissional da imprensa, foi ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística, em manifestação em que houve tumulto e conflitos entre policiais e manifestantes.

Os policiais que atuaram no evento portavam câmeras que filmaram o tumulto, restando comprovado que Fernando descumpriu ostensiva e clara advertência sobre acesso a áreas delimitadas, em que havia grave risco à sua integridade física.

No caso em tela, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, aplica-se a responsabilidade civil

- (A) subjetiva do Estado, mas incide a excludente da responsabilidade da culpa exclusiva da vítima.
- (B) objetiva do Estado, mas incide a excludente da responsabilidade da culpa exclusiva da vítima.
- (C) objetiva do Estado, e não incide a excludente da responsabilidade do caso fortuito, em razão da imprevisibilidade dos danos sofridos por Fernando.
- (D) objetiva do Estado, e não incide a excludente da responsabilidade da culpa exclusiva da vítima, em razão da relevante função desempenhada pelo profissional de imprensa.
- (E) subjetiva do Estado, e não incide a excludente da responsabilidade da culpa exclusiva da vítima, em razão da relevante função desempenhada pelo profissional de imprensa.

40

Em matéria de licitações, observe que, na execução indireta de obras e serviços, são admitidos alguns regimes, como:

- I. empreitada por preço unitário;
- II. empreitada por preço global;
- III. empreitada integral.

De acordo com a nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), assinale a opção que indica o(s) regime(s) compatível(is) com a execução indireta de obras e serviços de engenharia.

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Direito Tributário

41

O Governo Federal sempre que fala em reduzir as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados sofre críticas, especialmente de Estados e Municípios.

Sobre a razão legal ou constitucional para estas críticas, assinale a afirmativa correta.

- (A) A União não pode agir assim por se tratar de tributo dos Estados.
- (B) Pela repartição de receitas tributárias, só os Estados têm razão em reclamar por perderem 25,5 % da arrecadação do IPI, que é destinado ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal.
- (C) O tributo é da União e não há razão legal ou constitucional para estas críticas.
- (D) Pela repartição das receitas tributárias, o Fundo de Participação dos Estados perde 21,5 % e o dos Municípios 25,5% da arrecadação do IPI, tendo imediato efeito para ambos.
- (E) Pela repartição de receitas tributárias, só os Municípios têm razão em reclamar por perderem 25,5 % da arrecadação do IPI, que é destinado ao Fundo de Participação dos Municípios.

42

A Seguridade Social é financiada por tributos específicos. Assinale a opção que indica as contribuições sociais destinadas ao custeio da Seguridade Social.

- (A) A Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL), a contribuição sobre a receita de concurso de prognósticos e a contribuição do trabalhador e dos demais segurados da Previdência Social.
- (B) a COFINS, as Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (CIDES) e a COFINS Importação.
- (C) A Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL), as contribuições de melhoria e a COFINS.
- (D) A contribuição da empresa sobre a folha de salários, a contribuição de iluminação pública e a COFINS Importação.
- (E) as Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (CIDES), a Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) e a COFINS.

43

Sobre os tributos que podem ser instituídos, sempre temos de estar atentos sobre a competência de cada ente federativo.

No que se refere aos Estados, estes podem instituir contribuições

- (A) de melhoria, de iluminação pública e para custeio de regime próprio de previdência social, cobradas dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas.
- (B) sobre a receita de concurso de prognósticos, de melhoria e Contribuição de Intervenção sobre o Domínio econômico – CIDE.
- (C) Cide Combustíveis, de melhoria e sobre a receita de concurso de prognósticos.
- (D) sociais, de iluminação pública e para custeio de regime próprio de previdência social, cobradas dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas.
- (E) de melhoria e para custeio de regime próprio de previdência social, cobradas dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas.

44

Alexandre Peres, com 14 anos, passou a receber valores a título de propaganda no seu canal de *Youtube*, com receita superior à isenção do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas.

Assinale a opção que indica a situação de Alexandre, por ele ser menor, diante do IRPF.

- (A) Só pode ser contribuinte se for emancipado.
- (B) Não, o contribuinte será um dos seus pais.
- (C) Não há incidência de IRPF para menores.
- (D) Por auferir renda, pode ser contribuinte.
- (E) Seus pais serão solidariamente responsáveis, mesmo que seja possível cobrar do menor.

45

José, Guilherme e Carlos são sócios de uma sociedade empresária, cabendo ao segundo, a administração da mesma.

A sociedade empresária sempre quitou seus tributos, inclusive com lucro considerável. Em determinado momento, houve autuação da Receita Federal pela ausência de repasse para a Previdência Social das contribuições previdenciárias descontadas dos seus funcionários.

Assinale a opção que indica quem deve responder por esses valores.

- (A) A sociedade empresária, pois não houve dolo de nenhum dos sócios.
- (B) Os três sócios, pois houve lucro e era possível o recolhimento.
- (C) Apenas Guilherme, por se tratar de crime de apropriação indébita previdenciária, sendo pessoal a responsabilidade do agente.
- (D) A sociedade empresária, por se tratar de estado de necessidade.
- (E) Os sócios José e Carlos, por terem se omitido e se aproveitado do lucro.

46

Um empresário procura a Receita Estadual buscando informações sobre o Simples, com a perspectiva de recolher vários tributos em um único documento.

Como exemplo dos tributos recolhidos no Simples Nacional, em Documento Único de Arrecadação na forma da LC 123/2006, temos

- (A) IRPJ, Contribuição Previdenciária Patronal, IPI e ISS.
- (B) IRPJ, Imposto de Importação, IOF e COFINS.
- (C) IPI, ISS, ICMS e ITR.
- (D) IRPJ, ISS, ITR e IPTU.
- (E) IRPJ, Contribuição Previdenciária dos Trabalhadores, IPI e ITR.

47

O Simples surgiu como uma oportunidade de formalização de muitas atividades, trazendo mais segurança para os contribuintes e para o Fisco. Ele está focado nas microempresas, nas empresas de pequeno porte e no microempreendedor individual.

Não poderá recolher impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, a microempresa ou a empresa de pequeno porte que

- (A) exerça atividade de importação de combustíveis.
- (B) exerça atividade de produção ou venda no atacado de cigarros.
- (C) exerça atividade de produção ou venda no atacado de cervejas sem álcool.
- (D) atue como centro de formação de condutores de veículos automotores de transporte terrestre de passageiros e de carga.
- (E) realize cessão ou locação de mão de obra.

48

A LC 123/2006 criou a figura do Microempreendedor Individual – MEI no claro intuito de permitir a formalização de mais trabalhadores sem também permitir que outros busquem este regime de tributação apenas para arrecadar menos.

Assinale a opção que indica uma regra para ser MEI.

- (A) Exercer qualquer atividade de contribuinte individual.
- (B) Receber no máximo 2 salários mínimos por mês de média anual pela atividade.
- (C) Ser sócio de mais de uma empresa, desde que a remuneração não passe de 3 salários mínimos.
- (D) Contratar, no máximo, 3 funcionários.
- (E) Não ser sócio ou administrador de mais de uma empresa.

49

A repartição de receitas tributárias é um instituto presente no nosso ordenamento jurídico visando a auxiliar o financiamento das despesas dos entes federativos, principalmente em tributos que guardem relação com mais de um ente, por exemplo, União e Estados.

Os Estados estão obrigados a repartir a arrecadação tributária dos seguintes tributos:

- (A) IPVA, na proporção de 20% dos veículos licenciados no seu território e ICMS, na proporção de 50% do que for arrecadado.
- (B) IPVA, na proporção de 50% dos veículos licenciados no seu território, e ICMS, na proporção de 30% do que for arrecadado.
- (C) IPVA, na proporção de 50% dos veículos licenciados no seu território, e ICMS, na proporção de 25% do que for arrecadado.
- (D) IPVA, na proporção de 30% dos veículos licenciados no seu território, e ICMS, na proporção de 50% do que for arrecadado.
- (E) IPVA, na proporção de 25% dos veículos licenciados no seu território, e ICMS, na proporção de 50% do que for arrecadado.

50

Na definição de microempresa e empresa de pequeno porte para fins de enquadramento no regime de tributação do Simples na forma estabelecida pela LC nº 123/2006, a receita bruta anual é decisiva. Até R\$ 360.000,00 é microempresa e de R\$360.000,01 a R\$4.800.000,00 é considerado EPP – Empresa de Pequeno Porte.

Assim, é correto afirmar que

- (A) a microempresa que passar a EPP pela sua receita bruta precisa comunicar à Receita Federal essa troca.
- (B) a EPP não pode passar a Microempresa.
- (C) qualquer Microempresa ou EPP que respeitar tais limites estará obrigatoriamente no Simples.
- (D) o MEI, a Microempresa e a EPP estão dispensados dos recolhimentos dos demais tributos não englobados no Documento Único Mensal do Simples.
- (E) a microempresa que superar a receita bruta anual, se tornar EPP, passando a recolher mensalmente com base nas novas alíquotas, sem necessidade de maiores formalidades.

Sistema Normativo Anticorrupção

51

A Lei nº 12.850/2013 define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal. De acordo com o citado diploma legal, em qualquer fase da persecução penal, serão permitidos, sem prejuízo de outros já previstos em lei, alguns meios de obtenção da prova.

As opções a seguir apresentam esses meios, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Acordo de colaboração premiada, que é um negócio jurídico processual e meio de obtenção de prova, que pressupõe utilidade e interesse públicos.
- (B) Acesso a registros de ligações telefônicas e telemáticas, a dados cadastrais constantes de bancos de dados públicos ou privados e a informações eleitorais ou comerciais.
- (C) Infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação, representada pelo delegado de polícia ou requerida pelo Ministério Público, após manifestação técnica do delegado de polícia quando solicitada no curso de inquérito policial, que será precedida de circunstanciada, motivada e sigilosa autorização judicial, que estabelecerá seus limites.
- (D) Ação controlada, que consiste em retardar a intervenção policial ou administrativa relativa à ação praticada por organização criminosa ou a ela vinculada, desde que mantida sob observação e acompanhamento, para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz à formação de provas e obtenção de informações.
- (E) Interceptação de comunicações telefônicas e telemáticas, nos termos da legislação específica e, ainda que haja necessidade justificada de manter sigilo sobre a capacidade investigatória, é vedada ser dispensada licitação para contratação de serviços técnicos especializados, aquisição ou locação de equipamentos destinados à polícia judiciária para o rastreamento e obtenção de provas referentes a tal interceptação.

52

Consoante dispõe a Lei nº 13.869/2019, que trata dos crimes de abuso de autoridade, é efeito não automático da condenação em relação aos crimes previstos na citada lei, condicionado à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade, devendo ser declarada, motivadamente na sentença,

- (A) a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 (um) a 5 (cinco) anos.
- (B) a prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, pelo período de 12 (doze) a 36 (trinta e seis) meses.
- (C) a suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de 1 (um) a 4 (quatro) anos, com a perda dos vencimentos e das vantagens.
- (D) a perda do cargo, do mandato ou da função pública, desde que precedido de processo administrativo disciplinar conduzido pela controladoria-geral do ente público a que pertencer o agente público.
- (E) a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, devendo o juiz fixar na sentença o valor mínimo de vinte salários mínimos para reparação dos danos causados pela infração, independentemente dos prejuízos sofridos pelo ofendido.

53

A sociedade empresária Alfa tem, em caráter permanente, como atividade principal, o exercício de atividades de promoção imobiliária e de compra e venda de imóveis.

Não obstante o sucesso dos negócios jurídicos que vem celebrando, a sociedade empresária Alfa praticou irregularidade no cumprimento da obrigação de identificar seus clientes e de manter cadastro atualizado, nos termos de instruções emanadas das autoridades competentes.

Assim agindo, de acordo com a Lei nº 9.613/1998, que dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, e a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos naquela Lei, a sociedade empresária Alfa

- (A) praticou crime de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores.
- (B) praticou crime de participação em organização criminosa que antecede a lavagem de dinheiro.
- (C) está sujeita à sanção de advertência, em matéria de responsabilidade administrativa.
- (D) está sujeita à sanção de multa de até cem salários mínimos, em matéria de responsabilidade civil.
- (E) está sujeita à sanção de inabilitação temporária de cinco anos, em matéria de responsabilidade administrativa.

54

De acordo com a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, promulgada no Brasil por meio do Decreto nº 5.687/2006, cada Estado Parte, em conformidade com os princípios fundamentais de seu ordenamento jurídico, adotará medidas apropriadas para promover a transparência e a obrigação de render contas na gestão da fazenda pública.

Consoante ao que dispõe o texto da citada convenção, essas medidas deverão abarcar

- (A) os sistemas eficazes e eficientes de controle interno, excluídos os de gestão de riscos.
- (B) a formulação posterior das condições de participação, incluídos critérios de seleção e regras de licitação.
- (C) o mecanismo de exame interno, excluindo um sistema eficaz de apelação, visando à celeridade.
- (D) a apresentação oportuna de informação sobre gastos e ingressos.
- (E) a aplicação de critérios subjetivos e predeterminados para a adoção de decisões sobre a contratação pública.

55

João, servidor público da Secretaria de Fazenda do Estado Alfa, no exercício da função, de forma dolosa, livre e consciente, exigiu tributo que sabia indevido.

De acordo com o Código Penal, João, em tese, praticou crime de

- (A) concussão, cuja pena é de reclusão de dois a dez anos e multa.
- (B) excesso de exação, cuja pena é de reclusão de três a oito anos e multa.
- (C) emprego irregular de rendas públicas, cuja pena é de reclusão de um a quatro anos e multa.
- (D) peculato, cuja pena é de reclusão de dois a dez anos e multa.
- (E) corrupção ativa, cuja pena é de detenção de três a oito anos e multa.

56

De acordo com a chamada Lei Anticorrupção, a autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos lesivos à Administração Pública previstos naquela lei que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, desde que dessa colaboração resulte

- (A) a confissão da prática dos atos ilícitos perpetrados e a suspensão dos direitos políticos em até 14 (catorze) anos.
- (B) a identificação dos demais envolvidos na infração, quando couber, e a obtenção célere de informações e documentos que comprovem o ilícito sob apuração.
- (C) o perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé, e a suspensão de suas atividades pelo prazo de até 5 (cinco) anos.
- (D) a confissão pela pessoa jurídica de sua participação no ilícito e sua cooperação plena com as investigações e o processo administrativo, comparecendo, sob suas expensas, sempre que solicitada, a todos os atos processuais, até seu encerramento e o pagamento de multa civil equivalente ao dobro do valor do dano.
- (E) a perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, e a proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 14 (catorze) anos.

57

Em relação à colaboração premiada, de acordo com a Lei nº 12.850/2013, que define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal, assinale a afirmativa correta.

- (A) O recebimento de proposta de colaboração para análise ou o termo de confidencialidade implica, por si só, a suspensão da investigação.
- (B) O recebimento da proposta para formalização de acordo de colaboração demarca o início das negociações, mas não constitui marco de confidencialidade.
- (C) As tratativas sobre colaboração premiada podem ser realizadas sem a presença de advogado constituído ou defensor público, desde que sejam feitas diretamente pelo investigado e se limitem à metade das reuniões.
- (D) Caso haja necessidade de identificação ou complementação do objeto ou dos fatos narrados na proposta de acordo de colaboração, deverá ser indeferida a proposta, pois o acordo de colaboração premiada não poderá, em qualquer hipótese, ser precedido de instrução.
- (E) Caso não haja indeferimento sumário da proposta para formalização de acordo de colaboração, as partes deverão firmar termo de confidencialidade para prosseguimento das tratativas, o que vinculará os órgãos envolvidos na negociação e impedirá o indeferimento posterior sem justa causa.

58

A sociedade empresária Alfa praticou ato lesivo à Administração Pública, que atentou contra o patrimônio público e contra princípios da administração pública, porque, comprovadamente, utilizou-se de interposta pessoa jurídica para dissimular seus reais interesses, além de ter fraudado licitação pública e contrato dela decorrente.

De acordo com a Lei nº 12.846/2013, em matéria de responsabilização administrativa, no caso em tela, deve ser aplicada à sociedade empresária Alfa, caso seja considerada responsável pelos atos lesivos previstos na Lei Anticorrupção, a sanção de

- (A) suspensão ou interdição parcial de suas atividades, pelo período de 6 (seis) a 36 (trinta e seis) meses e multa de até o dobro do valor do dano ao erário.
- (B) dissolução compulsória da pessoa jurídica e multa, no valor de 1% (um por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo.
- (C) perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé, e multa de até o dobro do valor do dano ao erário.
- (D) multa civil equivalente ao valor do dano e a proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 12 (doze) anos.
- (E) multa, no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação, e publicação extraordinária da decisão condenatória.

59

A Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, também conhecida como Convenção de Palermo, promulgada no Brasil por meio do Decreto nº 5.015/2004, é o principal instrumento global de combate ao crime organizado transnacional.

De acordo com a citada convenção, em matéria de medidas para combater a lavagem de dinheiro, cada Estado

- (A) promoverá medidas necessárias para ressarcimento ao erário, vedado que se permita o confisco do produto das infrações previstas naquela Convenção.
- (B) adotará medidas eficazes de ordem administrativa, mas não legislativa, em razão da separação dos poderes, para promover a integridade e prevenir, detectar e punir a corrupção dos agentes públicos.
- (C) aplicará medidas viáveis para detectar e vigiar o movimento transfronteiriço de numerário e de títulos negociáveis, vedada a inclusão de exigência de que os particulares e as entidades comerciais notifiquem as transferências transfronteiriças de quantias elevadas em numerário e títulos negociáveis.
- (D) instituirá um regime interno de regulamentação e controle dos bancos e instituições financeiras não bancárias e, quando se justifique, de outros organismos especialmente susceptíveis de serem utilizados para a lavagem de dinheiro, dentro dos limites da sua competência, a fim de prevenir e detectar qualquer forma de lavagem de dinheiro, sendo enfatizados os requisitos relativos à identificação do cliente, ao registro das operações e à denúncia de operações suspeitas.
- (E) garantirá que as autoridades responsáveis pela administração, regulamentação, detecção e repressão à lavagem de dinheiro tenham a capacidade de cooperar e trocar informações em âmbito nacional e internacional, vedada a criação fora do Judiciário de um serviço de informação financeira que funcione como centro nacional de coleta, análise e difusão de informação relativa a eventuais atividades de lavagem de dinheiro.

60

João, na qualidade de sócio administrador da sociedade empresária Alfa, de forma dolosa, fraudou, em prejuízo da Administração Pública, licitação e contrato dela decorrente, mediante entrega de mercadoria com qualidade e em quantidade diversas das previstas no edital e no instrumento contratual.

De acordo com a legislação de regência, em tese, João

- (A) não praticou crime previsto no Código Penal, mas cometeu crime de menor potencial ofensivo, sendo cabível a transação penal.
- (B) não praticou crime previsto no Código Penal, mas cometeu crime de médio potencial ofensivo, sendo cabível a suspensão condicional do processo.
- (C) praticou crime de fraude em licitação ou contrato, previsto no Código Penal, com pena de reclusão de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos e multa.
- (D) praticou crime de contratação inidônea, previsto no Código Penal, com pena de reclusão de 1 (um) anos a 4 (quatro) anos e multa.
- (E) não praticou crime previsto no Código Penal, mas cometeu crime de fraude à licitação, tipificado em legislação especial própria, punível com pena de reclusão de 3 (três) anos a 6 (seis) anos e multa.

Análise das Demonstrações Contábeis

61

O índice de liquidez seca é considerado mais rígido e conservador do que o índice de liquidez corrente.

Isso acontece porque, no numerador, o indicador

- (A) considera apenas o caixa, que representa o ativo mais líquido.
- (B) considera apenas os ativos de curtíssimo prazo, com realização em até 90 dias.
- (C) considera apenas os ativos operacionais, que se relacionam à atividade fim da entidade.
- (D) não considera os ativos circulantes que podem ser de difícil realização, como estoques e despesas antecipadas.
- (E) não considera as contas a receber de clientes, já que apresentam risco de inadimplência.

62

Na análise de indicadores, o *índice de liquidez imediata* tem sua utilidade aumentada em entidades que

- (A) seguem o regime de caixa.
- (B) só realizam vendas à vista.
- (C) tenham poucos ativos imobilizados.
- (D) apresentem endividamento baixo.
- (E) estejam com sua continuidade comprometida.

63

Uma sociedade empresária apresentava os seguintes indicadores de liquidez nos anos de X1 e X2.

	31/12/X2	31/12/X1
Liquidez Imediata	0,17	0,22
Liquidez Corrente	0,32	0,25
Liquidez Geral	1,10	1,05

No ano, o passivo da sociedade não apresentou alterações relevantes.

Em relação aos elementos patrimoniais, analise as afirmativas a seguir.

- I. Houve aumento na conta caixa.
- II. Houve aumento no ativo circulante.
- III. Houve aumento no ativo imobilizado.

Com base nos indicadores de liquidez apresentados, está correto o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) II, somente.
- (C) III, somente.
- (D) I e II, somente.
- (E) I e III, somente.

64

Em X1, uma entidade apresentava índice de liquidez geral de 1,80. No entanto, os contadores analisaram a situação e constataram que a situação financeira da entidade no ano não era boa, de modo que ela não conseguiria honrar seus compromissos de terceiros.

Assinale a opção que indica a limitação do índice de liquidez geral, que pode ter gerado a distorção.

- (A) Não são incluídas as obrigações com os sócios da entidade, somente com o capital de terceiros.
- (B) Não há correção dos elementos patrimoniais pela inflação, de modo que não há consideração da perda de valor do dinheiro no tempo.
- (C) Não são incluídos os ativos imobilizados, intangíveis e investimentos, que são, muitas vezes, essenciais para o funcionamento da entidade.
- (D) A informação utilizada não é tempestiva, de modo que os lançamentos contábeis realizados não são incluídos imediatamente no balanço patrimonial.
- (E) Não são levados em consideração os prazos de realização dos ativos e de pagamento dos passivos, de modo que aqueles que vencem no curtíssimo prazo recebem o mesmo tratamento dos que vencem no longo prazo.

65

Uma sociedade empresária apresentava o seguinte balanço patrimonial em 01/12/X0:

Ativo Circulante		Patrimônio Líquido	
Caixa	200.000	Capital Social	200.000
Total	200.000	Total	200.000

No mês de dezembro, aconteceram as seguintes transações:

- 01/12 - Pagamento de dois anos de aluguel antecipado, com apropriação linear e mensal, a partir de dezembro: 36.000
- 01/12 - Compra à vista de computadores para serem utilizados na atividade fim, com vida útil estimada em 3 anos: R\$18.000.
- 10/12 - Compra de terreno destinado à valorização para pagamento em 10 meses: R\$50.000.
- 22/12 - Aplicação em um fundo de investimento de longo prazo: R\$30.000.

A análise vertical do balanço patrimonial da sociedade empresária, em 31/12/X0, permite detectar a composição percentual de cada grupo em relação ao ativo total.

Nesse sentido, assinale a opção que, corretamente, associa o grupo ao percentual do ativo total.

- (A) Ativo circulante: 47,06%.
- (B) Ativo realizável a longo prazo: 26,77%.
- (C) Propriedade para Investimentos: 20,16%.
- (D) Ativo imobilizado: 27,38%.
- (E) Patrimônio Líquido: 81,14%.

66

Uma sociedade empresária apresentou as seguintes Demonstrações do Resultado do Exercício em 31/12/X0 e em 31/12/X1:

	31/12/X1	31/12/X0
Receita de Vendas	250.000	180.000
Custo das mercadorias vendidas	- 140.000	- 100.000
Lucro Bruto	110.000	80.000
Despesas e Receitas Operacionais	- 50.000	- 40.000
Lucro antes dos Tributos sobre o Lucro	60.000	40.000
IR e CS	- 20.400	- 13.600
Lucro Líquido	39.600	26.400

O índice médio de inflação entre os exercícios de X0 e X1 foi de 20%.

Assinale a opção que indica o aumento do lucro líquido da sociedade empresária no exercício de X1, considerando a informação de maior qualidade técnica.

- (A) 20%.
- (B) 25%.
- (C) 33%.
- (D) 42%.
- (E) 50%.

67

Em 01/01/2010, uma sociedade empresária de auditoria comprou um prédio por R\$800.000, para o funcionamento de seu escritório. A vida útil foi estimada em 40 anos, e não foi considerado valor residual.

O prédio é depreciado pelo método da linha reta. A sociedade empresária realiza testes de recuperabilidade anualmente, não sendo constatada nenhuma perda.

Ao longo dos anos aconteceram melhorias na região onde o prédio estava localizado, de modo que novos prédios foram construídos e vendidos por valores mais elevados.

Em 31/12/2021, o valor justo do prédio foi estimado em R\$700.000.

Assinale a opção que indica o índice de imobilização do patrimônio líquido em 31/12/2021, considerando que o patrimônio líquido da sociedade empresária é de R\$ 1 milhão, e que não há outros ativos imobilizados.

- (A) 0,24.
- (B) 0,49.
- (C) 0,56.
- (D) 0,70.
- (E) 0,80.

68

Uma sociedade empresária apresentava o seguinte balanço patrimonial em 31/12/X0:

Ativo	600.000	Passivo	250.000
		Patrimônio Líquido	350.000
Total	600.000	Total	600.000

No ano de X1, a sociedade empresária comprou à vista as suas próprias ações no mercado, de modo a diminuir a circulação.

Assinale a opção que indica o efeito da compra de ações nos indicadores de endividamento geral e na imobilização do patrimônio líquido, respectivamente.

- (A) Aumento e aumento.
- (B) Aumento e diminuição.
- (C) Diminuição e aumento.
- (D) Diminuição e diminuição.
- (E) Diminuição e sem efeito.

69

O contador de uma entidade deseja elaborar projeções para os períodos seguintes. Para isso, deseja avaliar o grau de dependência dos empréstimos e financiamentos da entidade com as instituições financeiras.

Assinale a opção que apresenta o indicador apropriado para a análise, frente ao objetivo.

- (A) Liquidez geral.
- (B) Endividamento geral.
- (C) Composição das exigibilidades.
- (D) Endividamento oneroso.
- (E) Composição do endividamento oneroso.

70

Assinale a opção que indica um fato que pode trazer aumento ao indicador de liquidez imediata de uma sociedade empresária.

- (A) Arrendamentos.
- (B) Uso de estimativas.
- (C) Operações de securitização de recebíveis.
- (D) Avaliação de ativos ao valor justo.
- (E) Realização do teste de recuperabilidade dos ativos.

Realização

